

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Deputado  
PAULO TEIXEIRA

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.

3679 de 21/05/1996

Ass. 04 folhas

Ass.

Publique-se, Inclua-se em

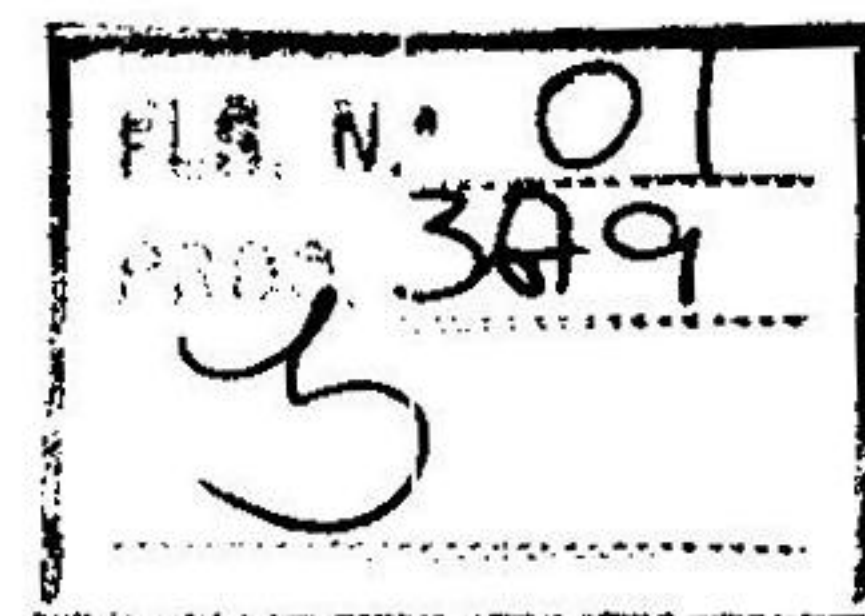
pp. de 1996 sessões

20 maio, 96

RICARDO FRIPOLI - Presidente

353

PROJETO DE LEI Nº , DE 1996.



Autoriza a Secretaria de Saúde a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas, com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus da AIDS por via sangüínea no Estado, e dá outras providências.

ENTREGUE A MESA

17 MAI 1731 0117598

Artigo 1º - Fica a Secretaria de Estado da Saúde autorizada a adquirir e distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas endovenosas com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus da AIDS por via sangüínea em São Paulo.

Parágrafo único - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá anonimato aos usuários que procurarem o serviço.

Artigo 2º - É facultado à Secretaria da Saúde celebrar convênios com municípios, universidades e organizações não-governamentais visando o acompanhamento, execução e avaliação desta lei.

Artigo 3º - O Poder Executivo desenvolverá campanhas públicas massivas de prevenção à AIDS no Estado.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.



Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### JUSTIFICATIVA

O jornal Folha de S. Paulo publica hoje reportagem apontando o crescimento da contaminação pelo vírus da AIDS no país entre os usuários de drogas injetáveis (doc. 01).

De acordo com a reportagem, no período 1988 a 1996 a transmissão pelo uso de drogas endovenosas passou de 10% para 22%, atingindo hoje 17.273 casos no país.

No Estado de São Paulo, de acordo com boletim editado pelo Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS, o compartilhamento de seringas na utilização de drogas endovenosas é a principal causa de transmissão do HIV para o sexo masculino desde 1990, sendo responsável por 33,57% das notificações em 1995.

É fundamental que a sociedade brasileira supere a hipocrisia e a omissão e encare estes dados como um problema de saúde pública, da maior gravidade. Convém lembrar que, caso não sejam tomadas medidas concretas para reduzir a transmissão do vírus da AIDS entre usuários de drogas, a doença tende a crescer de forma exponencial no Estado, sobretudo entre heterossexuais, com custos econômicos e sociais insuportáveis.

Ora, uma das medidas que têm revelado maior eficácia em outros países é precisamente a distribuição de seringas descartáveis entre os usuários de drogas endovenosas. O serviço permitiria que os consumidores de drogas




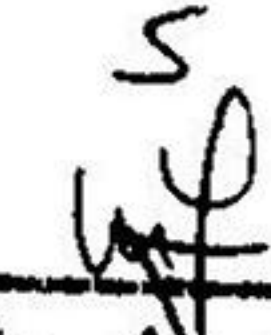
não compartilhassem da mesma seringa e agulha, evitando desta maneira a contaminação com o HIV.

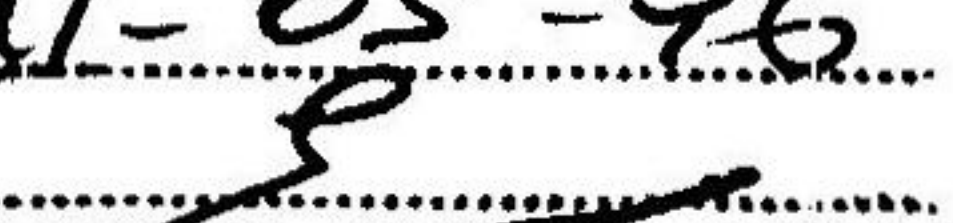
É necessário afastar desde logo o argumento de que a distribuição de seringas descartáveis, com a finalidade de evitar a transmissão do vírus da AIDS, equivale ao crime de indução ao uso de entorpecentes previsto nas leis penais. Como já dissemos, trata-se aqui de uma medida de saúde pública visando enfrentar uma situação já existente, de difusão do HIV entre usuários de drogas, não significando, de modo nenhum, incentivo ao consumo de entorpecentes.

São estas as razões que nos levam a solicitar a aprovação do projeto de lei que ora submetemos à deliberação dos nobres parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala de Sessões, em      de maio de 1996.

  
Deputado PAULO TEIXEIRA

**Divisão de Ordenamento Legislativo**  
Esta proposição contém  
1 assinatura  
SDC, 20 / 5 / 1996  
  
\_\_\_\_\_  
Chefe de Seção

**Divisão de Ordenamento Legislativo**  
SEÇÃO DE EXPEDIENTE  
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"  
n.º 21-05-96  








Nos termos do item 2, parágrafo único do artigo 148, da VIII Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 73ª a 75ª Sessões Ordinárias (de 22 a 24/05/96), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 27/05/96.

*[Handwritten signature]*

As Comissões de:  
I) Constituição e Justiça;  
II) Saúde e Flórida;  
III) Finanças e Regimento,  
27/05/1996

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES

ENTRADA

EM 30/5/96

*[Handwritten signature]*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ENTRADA

EM 31/05/96

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DO SENADO FEDERAL

ao Senhor *Cândido Galvão*  
com prazo para devolução dentro de 03 dias

04/06/96

*[Handwritten signature]*

Presidente



Senhor Assessor Procurador - Chefe:

Folha n.º 06  
Proc. nº RG. 3679/96

Comunico a Vossa Senhoria que o Projeto de Lei nº 353, de 1996 encontra-se na Comissão de ~~Constituição e Justiça~~ com o prazo regimental vencido.

ATM, em 11 de junho de 1996

  
Auxiliar Técnico da Mesa

Senhor Presidente:

À vista da informação supra, sugerimos a Vossa Excelência que determine o procedimento previsto no § 1º do artigo 61 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

ATM, em 11 de junho de 1996

  
Auro Augusto Caliman  
Assessor Procurador - Chefe

### **DESPACHO**

À ATM, para requisitar da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei ~~nº 353, de 1996~~ para as providências previstas no artigo 61 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

GP, em 17 de junho de 1996.

  
RICARDO TRIPOLI  
Presidente



14 00  
Ex. das Comissões

P.L. nº 353 de 96 (RCL nº 3679/96)  
~~xxx~~ / sem Parecer.

ATM, em 6 / 8 / 96

*William*

Del. *Bea* *Paulo*  
na qualidade de relator  
especial, emitir parecer para Comissão de **Constituição**  
**e Justiça** sobre o Projeto de  
**Lei** nº 353 1996, no  
prazo de 3 dias. *08 / 08 / 96*

UNITADA - 07  
16/8/96 *informant*